

**EDcl no AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.300.082 - SP  
(2018/0124219-5)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**EMBARGANTE : VIPLAN VIAÇÃO PLANALTO LIMITADA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**EMBARGANTE : TRANSPORTADORA WADEL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**EMBARGANTE : AGROPECUÁRIA VALE DO ARAGUAIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**EMBARGANTE : LOTAXI TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**EMBARGANTE : CONDOR TRANSPORTES URBANOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**EMBARGANTE : EXPRESSO BRASÍLIA LTDA**  
**EMBARGANTE : HOTEL NACIONAL S/A**  
**EMBARGANTE : BRATA - BRASÍLIA TRANSPORTE E MANUTENCAO AERONAUTICA S/A**  
**ADVOGADOS : MARA LIDIA SALGADO DE FREITAS E OUTRO(S) - SP112754**  
**DANIELA FERREIRA DOS SANTOS - SP232503**  
**EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL**

**EMENTA**

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS. IMPOSSIBILIDADE. DEVIDO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL.

1. De acordo com a norma prevista no art. 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão da decisão recorrida.

2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a contradição que abre espaço ao recurso integrativo é aquela interna, verificada entre as proposições e as conclusões do próprio julgado. Precedente: **EDcl nos EREsp 667.002/DF**, Rel. Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe 12/03/2019.

3. No caso, apresentando-se a fundamentação do aresto embargado em coerência com a parte dispositiva, não há contradição a solver.

4. *"Se o recurso é inapto ao conhecimento, o colegiado não tem como se pronunciar sobre o mérito, de modo que a falta de exame da matéria de fundo não se caracteriza omissão, senão mera decorrência do exercício do devido juízo de admissibilidade recursal"* (**EDcl no AgInt nos EREsp 1.559.725/PE**, Rel. Ministro Og Fernandes, Primeira Seção, DJe 30/08/2017).

5. Embargos de declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira TURMA do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Regina Helena Costa (Presidente), Gurgel de Faria, Napoleão Nunes Maia Filho e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
Relator

